

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 01/04/2014 - Edição 1018

Vigilante de carro-forte, mulher e três filhos são feitos reféns em Campinas (SP)



Vigilante de carro-forte foi feito refém por quadrilha, em Campinas, SP (Foto: Reprodução / EPTV)

Um vigilante de carro-forte e a família dele foram feitos reféns em Campinas (SP), na noite deste domingo (30), após serem sequestrados no bairro Parque Cidade. Segundo noticiou o Jornal da EPTV, a Delegacia de Investigações Gerais (DIG) informou que o

funcionário, a mulher e os três filhos foram rendidos quando voltavam de uma igreja para casa. Eles chegaram a entrar na residência, mas em seguida foram levados em um carro usado pelo grupo. Ninguém ficou ferido, segundo a Polícia Civil.

A EPTV apurou junto à DIG que os investigadores foram alertados pela empresa de transporte de valores onde trabalha o vigilante e, a partir de então, começaram a monitorar os criminosos. Após perceber a ação, a quadrilha teria decidido, na manhã desta segunda-feira, liberar a família em uma estrada de Morungaba (SP). Os suspeitos fugiram e ainda não foram localizados. Sem revelar detalhes para não atrapalhar as apurações, a polícia disse que investiga a hipótese

de que o grupo seja especializado e atue em cidades da região. Abaladas, as vítimas prestaram depoimentos na DIG até o início da noite.

A empresa de transportes

A assessoria de imprensa do Grupo Protege informou, em nota, que os colaboradores e a família não ficaram feridos e que está prestando assistência aos envolvidos.

“A empresa reitera que está fornecendo todas as informações solicitadas pela Polícia para o esclarecimento do caso e que, para não atrapalhar as investigações, não fornecerá informações adicionais acerca da ocorrência”, diz o texto divulgado nesta segunda-feira.

Fonte: G1

Vigilantes de empresas de transporte de valores ameaçam greve em Alagoas

Os vigilantes que trabalham em empresas de transporte de valores podem entrar em greve, caso não seja concedido reajuste salarial à categoria de 15%, que reclama ainda da falta segurança. A mobilização foi discutida durante uma assembleia realizada nesta segunda-feira (31).

“Além da questão do reajuste salarial, tem o plano de saúde. Na quarta-feira (2) tem reunião com patrões, se não houver avanço, vamos parar”, disse José Cícero Ferreira, presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas e diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV).

De acordo com José Cícero, quadrilhas especializadas estão atacando vigilantes em Alagoas. Dados da entidade apontam que 27 armas de fogo foram tomadas este ano. “Temos reivindicação sobre a questão salarial com as empresas de transporte de valores, mas também há essa



Vigilantes de empresas de transporte de valores ameaçam greve em Alagoas (Foto: Reprodução)

questão da segurança. Nos reunimos com o governo e aguardamos mais segurança”, afirmou José Ferreira.

As reivindicações do sindicato são para os trabalhadores que atuam como motorista, fiel e escolta. “Fizemos uma assembleia para discutir nossa data-base e vamos aguardar o posicionamento do governo sobre a nossa pauta de reivindicação. Se não houver resposta vamos parar”, declarou José Cícero.

Três empresas em Alagoas trabalham com o transporte de valores. No dia 21 deste mês, o vigilante José Jucino da Silva, 47 anos, morreu após ser baleado dentro do local de trabalho. Uma concessionária de veículos localizada na Avenida Fernandes Lima, no Farol.

Fonte: Gazeta Web

Lançado edital para contratação de vigilantes para a Universidade de Brasília



QuatroPrevedo uma baixa de vigilantes daqui a cinco anos na UnB - quando aproximadamente um terço dos servidores estará em condições de se aposentar - e o fim do atual contrato de terceirização em agosto deste ano, um novo edital para contratação de profissionais foi lançado em fevereiro último.

O edital, que prevê ajustes no contrato para melhorar a qualidade dos serviços prestados, deve estar

disponível para consulta no portal da UnB a partir desta quarta-feira (2).

“O documento está temporariamente suspenso para ajustes, mas isso faz parte do processo licitatório”, explica o prefeito do campus, Marco Aurélio Gonçalves de Oliveira. “A previsão é que o contrato esteja assinado em maio e que, em agosto, os vigilantes estejam trabalhando de acordo com as novas exigências”, completa.

Oliveira ressalta dois pontos inéditos do edital. Ele cita a inclusão de pontos eletrônicos de controle nos quatro campi com o objetivo de assegurar que as rondas sejam feitas e um modelo de pagamento baseado no cumprimento do serviço.

“Se o trabalho for inteiramente realizado, paga-se cem por cento do valor previsto em contrato”, diz o prefeito. “É um jeito de garantir que falhas, erros e omissões sejam punidos”, explica. Para isso, uma ficha de avaliação será preenchida todos os meses contendo itens como pontualidade e permanência dos vigilantes nos postos e frequência das rondas.

Hoje, na UnB, há 274 vigilantes. Destes, 108 são servidores concursados e 166 terceirizados.

Fonte: Correio Braziliense

Motorista vendedor será indenizado por guardar dinheiro no veículo e sofrer assaltos



A M. Dias Branco S. A. - Indústria e Comércio de Alimentos terá de pagar indenização por danos morais, no valor de R\$ 7 mil, a um empregado que sofreu diversos assaltos quando trabalhou na empresa como motorista-vendedor. A decisão da Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho restabeleceu a sentença da 1ª Vara do Trabalho de Pacajus (CE).

O motorista trabalhou na empresa entre 1974 a 2007. Seu trabalho consistia em transportar, vender, receber e guardar os valores que recebia em um cofre dentro do veículo que dirigia, sem nenhum aparato de segurança. O Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (CE), entendendo que os assaltos eram problemas de ordem pública, e não da responsabilidade da empresa, principalmente porque a sua atividade-fim não é de risco, excluiu a verba indenizatória da condenação imposta.

Ao examinar o recurso no TST, o ministro João Batista Brito Pereira, relator, deu razão à argumentação do empregado de que, apesar de a atividade da empresa poder ser considerada, tão somente, distribuição de alimentos, sua função envolvia risco devido ao transporte de valores e sua guarda em cofre dentro do próprio veículo. O relator observou que o TST tem entendimento de que a atividade de transporte de valores dá ao empregado direito ao recebimento da indenização pretendida, por ficar exposto a risco não previsto no contrato de trabalho, como ocorreu no caso. Ressaltou ainda que é dever da empresa zelar pela segurança dos empregados, o que encontra respaldo nos artigos 7º, inciso XXII, da Constituição Federal e 157 da CLT.

A decisão foi um unânime, e a empresa opôs embargos de declaração, ainda não examinados pela Turma.

Fonte: Notícias Fiscais

Cliente do BB é baleado em "saidinha de banco" e morre no Recife



Ele foi baleado na cabeça e morreu em hospital de Maceió

Um homem morreu no início da noite desta segunda-feira (31), após ser alvejado durante a saída de uma agência bancária, no bairro do Derby, área central do Recife. O crime aconteceu no início da tarde, quando o empresário Gildean Genilson Teixeira da Silva, de 39 anos, havia acabado de sacar uma quantia de R\$ 7,5 mil, no Banco do Brasil, em frente ao Hospital da Restauração da avenida Agamenon Magalhães.

Quando chegava ao carro que estava estacionado na rua Carlos Porto Carreiro, dois homens em uma moto abordaram a vítima, que entrou em luta corporal com os bandidos e acabou levando três tiros na região do torax. Gildean ainda foi socorrido para o Hospital da Restauração, onde faleceu.

De acordo com a polícia, ainda não há informações sobre os suspeitos, pois fugiram após efetuarem os disparos contra a vítima.

Segundo informações da assessoria de imprensa do HR, a morte de Gildean foi declarada por volta das 18h, e o corpo dele será encaminhado ao Instituto de Medicina Legal (IML), em Santo Amaro.

Fonte: Contraf-CUT com Folha de Pernambuco

Entidades repudiam golpe de 64 no “centro de extermínio” da ditadura



Na sede do antigo DOI-Codi, em São Paulo, entidades ‘descomemoram’ 1964

Um dos mais emblemáticos centros de repressão no período da ditadura foi o palco escolhido para a “descomemoração” dos 50 anos do golpe civil-militar. Durante toda a manhã desta segunda-feira (31), mais de mil pessoas ocuparam o pátio externo do atual 36º Distrito Policial, entre os bairros da Vila Mariana e do Paraíso, zona sul de São Paulo, próximo da sede do II Exército. Ali funcionava o DOI-Codi, por onde passaram até 8 mil presos políticos e morreram mais de 50, segundo os cálculos de entidades de direitos humanos. Alguns voltaram ao local hoje, em ato também interpretado como uma revisão histórica no cinquentenário do golpe.

Uma lona foi erguida no pátio, um palco foi montado e um telão instalado na área símbolo da ditadura. Para a advogada Rosa Cardoso, integrante da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a escolha do local ajuda a transmitir a “ideia de que sofremos, fomos desfigurados, fomos traumatizados, mas sobrevivemos”. Segundo ela, ali funcionava um “centro de referência de extermínio”, onde se desenvolveu a “tecnologia da repressão”.

Esteve lá, por exemplo, o ex-presos Anivaldo Padilha, antigo militante da Ação Popular, que contou estar retornando pela primeira vez ao local desde 1970. As cenas

de tortura “voltaram”, mas ele destacou a importância do que chamou de retomada. Ao lado dele, seu filho Alexandre, ex-ministro e pré-candidato pelo PT ao governo estadual.

Também estava ali Audálio Dantas, ex-deputado e ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, entidade que dirigia quando foi morto o então diretor de Jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, em 1975. Morto no mesmo local onde foi realizado o ato de hoje. “A partir desse episódio, a consciência nacional começou a despertar”, diz Audálio. “Conseguimos enormes avanços”, acrescenta, citando o movimento pelas eleições diretas, a Lei da Anistia (mesmo questionada) e a Constituição de 1988, que ele destaca como “a maior conquista do povo brasileiro”.

Censura

Não existe mais censura, afirma Audálio, com a ressalva que os grandes veículos de comunicação continuam a praticá-la por conta própria. Para ele, falta uma democracia “que seja de fato um instrumento ao alcance de todos”. A tortura segue sendo praticada em delegacias. “E temos uma polícia que é contra o povo, em vez de defender o povo,

principalmente o mais humilde.”

Criado no período mais violento da ditadura, no final de 1970, o Coro Luther King se apresentou com músicas que, contam alguns militantes, eram cantadas na prisão: Suíte dos Pescadores (Dorival Caymmi), Viola Enluarada (dos irmãos Marcos e Paulo Sérgio Valle), Bella Ciao, canção da resistência italiana durante a 2ª Guerra Mundial, e o hino da Internacional Socialista.

Em seguida, é transmitido um áudio com o ex-deputado Rubens Paiva, gravado pela rádio Nacional na madrugada de 1º de abril de 1964. No depoimento, ele presta solidariedade ao ainda presidente João Goulart e às chamadas reformas de base, medidas que, segundo ele, “levarão à nossa emancipação político-econômica definitiva”. Era um “momento decisivo”, alertou o deputado trabalhista, que foi preso em 1971 e nunca mais foi visto. A audição emociona Maria Lúcia Paiva Mesquita, irmã de Rubens.

Muitos cobram providências para punir agentes do Estado envolvidos com torturas. A ex-presa política Amélia Telles, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, diz, por exemplo, que o governo ainda tem “mãos sujas de sangue”.

Assassinato

O deputado estadual Adriano Diogo (PT), presidente da Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo, que leva justamente o nome de Rubens Paiva, recorda o momento de sua prisão, naquele mesmo local, em 1973. “Cheguei aqui neste pátio. O major veio me pegar aqui, neste pedacinho... Estavam lavando a cela-forte, tinham acabado de matar o Alexandre (Vannuchi). Ele falou: ‘Acabei de matar aquele filho da puta, mandei ele para a Vanguarda Popular Celestial. Vou te mandar pra lá também’”, recorda.

A sigla era referência à VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, onde militava o então estudante da USP. “Se eu disser que que estou aqui à vontade, que estou

tranquilo, que perdi totalmente o medo, o trauma... Tem noites que eu passo mal, que estou agitado”, afirma o deputado, que passou 90 dias na solitária. “Fiquei quase louco.”

Segundo ele, em um relatório final de atividades da comissão bastaria escrever “revogue-se a Lei da Anistia”. Com isso, acredita, o Brasil iniciaria um novo patamar civilizatório. “A grande contribuição desse movimento (referindo-se às várias comissões da verdade) é a perda do medo.” Sobre o ato no antigo DOI-Codi, o deputado afirma que a manifestação não pode ser vista como apenas um pedido de transformação do local em um centro de memória. “Muito mais importante que fazer o memorial é devolver os arquivos do IML. Nunca ganhamos uma foto, um laudo dos legistas.”

O prédio onde funciona hoje o 36º DP foi tombado no Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat). Depois disso, a Assembleia Legislativa revogou o Decreto nº 13.757, de 1979, pelo qual o governador Paulo Maluf autorizou o uso do local pelo Exército, que na prática já era usado como local de torturas desde o final dos anos 1960. Entidades defendem que a atual delegacia se transforme em um centro de memória, assim como aconteceu com o antigo Dops, que hoje abriga o Memorial da Resistência. O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad (PT), que passou rapidamente pelo local, se manifestou favoravelmente à reivindicação.

O advogado Airton Soares, ex-deputado, também critica a omissão dos militares atuais em relação à entrega de documentos. “Eles não têm nada a ver como o que foi feito e encobrem os assassinos”, afirmou. Para ele, o ato de hoje deveria ter sido feito há muitos anos, logo depois da anistia, em 1979, mas havia “uma necessidade de reestruturar a sociedade civil e democrática”, até para que ela se protegesse contra novas investidas autoritárias.

Contragolpe?

Soares também rebate uma versão de que 1964 teria representado um “contragolpe” contra uma “ditadura comunista” em formação. “Ainda há

alguns historiadores que colocam a ação dos militares como um contragolpe. Mas foi um movimento do que havia de mais atrasado para evitar as reformas de base.” Soares lembra ainda que o ministro da Fazenda de Jango era Carvalho Pinto - um conservador que não podia ser chamado exatamente de comunista. E não vê riscos institucionais. “O que unia os militares era o anticomunismo.”

O procurador da República Marlon Weichert considera “ficção” a teoria de um golpe de esquerda, argumentação usada pelos defensores do golpe. “Basta estudar um pouco de história. Tudo bem que havia o contexto da Guerra Fria, mas me parece muito claro que era uma tentativa de desestabilizar”, observou. Ele inclui movimentos como o de hoje também como consequência de iniciativas de responsabilizar agentes do Estado, como tem feito o Ministério da Público Federal, ainda que os pedidos venham sendo rejeitados pelo Judiciário. “Isso interdita a pauta, apesar da insensibilidade da Justiça.” E considera “por si só impressionante” a realização de um ato no antigo DOI-Codi. “Estamos em um momento de rediscussão do papel do Estado. São sinais de que a democracia está conseguindo penetrar nesses últimos resíduos autoritários.”

Presidente da Comissão Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo, Antonio Funari Filho, ressaltou o caráter simbólico do evento, sem ver base de comparação com a reedição da Marcha da Família, como ocorreu recentemente. “A marcha de 64 foi patrocinada pelo governo estadual, pelo Ademar de Barros, com pessoas assustadas com a ‘onda vermelha’. Havia o contexto da Guerra Fria. Hoje, não faz mais sentido”, afirma.

Em uma visão histórica, Funari observa que alguns segmentos sociais apoiaram o golpe por considerá-lo temporário, de certa forma. “Os setores liberais, que se denominavam democráticos, por incrível que pareça, achavam que seria uma medida profilática.” Em 1965, ainda nessa linha de pensamento, seria realizada a eleição presidencial prevista, mas sem nomes como os dos governadores Leonel Brizola ou Miguel Arraes. Nem mesmo o ex-presidente Juscelino Kubitschek, diz Funari, na época secretário regional da

União Nacional dos Estudantes (UNE) e também da estadual (UEE), preso dias após o golpe. “Meu crime foi fazer alfabetização de adultos pelo método Paulo Freire”, lembra. A Comissão Justiça e Paz está à frente, agora, de uma campanha contra a criminalização dos movimentos sociais.

Adriano Diogo, Amelinha Teles e Ivan Seixas, da Comissão estadual da Verdade e da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, leram um manifesto no qual pedem a identificação e punição “exemplar” de torturadores, mandantes e financiadores. “O terrorismo de Estado, executado pela ditadura, teve o comando do alto escalão das Forças Armadas e foi financiado diretamente por muitos empresários e suas entidades, que se beneficiaram com a ditadura militar e ainda hoje estão na elite econômica do país e na estrutura do Estado”, afirmam as entidades signatárias.

Elas também citam “as frequentes visitas” de representantes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e do consulado dos Estados Unidos ao prédio do Dops, o que não deixaria dúvida sobre “os interesses e envolvimento do empresariado nacional e estrangeiro na continuidade da ditadura brasileira”.

Foram destacados nomes de 56 pessoas assassinadas no antigo DOI-Codi, aos gritos de “presente”. Às menções de oficiais seguia-se a acusação de “assassino”. Encenações teatrais recriaram cenas de tortura.

Estaria a esquerda reescrevendo a história, como criticam antigos militares? “É verdade. Eles estão certos”, responde Adriano Diogo. “Nós estamos reinventando a história da escravidão, do Paraguai, porque eles inventaram a mentira. Para a gente não contar a história deles. Se pelo menos isso a gente fizer, já está bom. A Justiça de Transição fala em memória, verdade e justiça. Nós só estamos preservando a memória, não chegamos nem na verdade.”

Fonte: Rede Brasil Atual

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF